

8 0 DEZ 1979

FOLHA DE S. PAULO

Assembleia

Governo quer tomar a bandeira da Constituinte

BRASILIA, (Sucursal) — Dentro da estratégia de retirar mais uma bandeira da Oposição, o Governo deverá mesmo "indicar" aos membros do futuro Partido Democrático (PD) que estimulem as discussões sobre a formação de uma Constituinte. Em 1.982, os candidatos deverão já ter este lema nas suas campanhas.

Na verdade, sabe-se que pouco ou nada irá alterar a atual situação política no País. O Congresso já tem poder constituinte podendo alterar a Carta atual. O que o Governo não pretende deixar que escape a seu controle é a possibilidade de uma mudança radical na Constituição. Apenas algumas emendas para dar um sabor constituinte a um Congresso, o qual no Palácio do Planalto, se tem a certeza será de maioria governista. A eleição de uma Constituinte com este papel exclusivo é considerada, pelos assessores palacianos, uma fantasia.

Parlamentares com a palavra Constituinte ressaltada em campanha é para o Governo até um caminho natural preparado no governo Geisel e percorrido na administração Figueiredo. Tudo foi feito dentro do estabelecido, ou quase tudo. Correções de rota são consideradas as exceções da regra. A anistia foi bandeira roubada da Oposição e conduzida da forma estabelecida pelo Governo. Hoje há poucos presos políticos, que na Presidência não são considerados políticos quando alguém lembra que estes presos são o impedimento para uma ver-

dadeira anistia. E aponta-se para a Espanha um modelo de abertura muito observado do Planalto: "Lá — afirmam — ocorreram 16 diferentes tipos de anistia e ainda há muitos mais presos que no Brasil."

Da mesma forma chegou-se ao pluripartidarismo. Extinguiram-se os partidos criados artificialmente, como reclamava a Oposição e se fez desta reivindicação uma arma contra os próprios reivindicantes. Aqui, um pequeno arranhão no caso das sublegendas, mas facilmente corrigível. Ela foi na verdade o "para-rato" da implosão do MDB.

Assim se fará com a Constituinte, alçada cuidadosamente pelo próprio ministro Petronio Portela, da Justiça, e mantida, com altos e baixos, pelos porta-vozes parlamentares do Palácio do Planalto.

Em 1982 ocorrerá a unificação dos pleitos, no que se ganha em importância. Levantando a bandeira da Constituinte, o Governo sai na frente para absorver o "radicalismo" de uma Assembleia Constituinte real. Há poucas dívidas de que as eleições municipais de 80 serão adiadas e os atuais prefeitos ganharão mais dois anos de mandato. As dificuldades do adiamento diante de uma oposição desestruturada pela reforma partidária, são tão poucas que o Palácio do Planalto já pensa em retirar-se da cena de discussão, ou pressão, e deixá-la nas mãos dos políticos. Os partidos oposicionistas em novembro do próximo ano ainda estarão formando suas estruturas de base e o PDS herdou estas estruturas da Arena.